

Tempo & Argumento

e-issn 2175-1803

Interpelações à História do Tempo Presente

Entrevista com



Américo Freire

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Pesquisador do CNPq e da FAPERJ e Professor da Escola de Ciências Sociais e do
Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da FGV CPDOC.
Rio de Janeiro, RJ - BRASIL
lattes.cnpq.br/7750674481962255
americo.freire@fgv.br



orcid.org/0000-0002-3039-5360

Entrevista concedida à



Geovanni Rocha Junior

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do
Estado de Santa Catarina (UDESC)
Florianópolis, SC - BRASIL
lattes.cnpq.br/8656704121540009
geovanni.rochajr@gmail.com



orcid.org/0000-0001-9838-2251

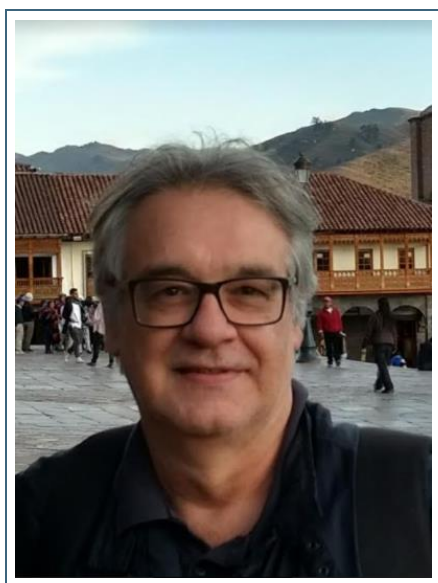
Para citar este texto:

FREIRE, Américo. Interpelações à História do Tempo Presente. [Entrevista realizada em 02 de setembro de 2020]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 31, e0402. set./dez. 2020. Entrevistador: Geovanni Rocha Junior.



dx.doi.org/10.5965/2175180312312020e0402





Américo Oscar Guichard Freire é professor titular da Escola de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro. Além da docência, atua como pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da mesma instituição. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Américo Freire aborda temas relacionados ao processo de democratização brasileira, dedicando-se atualmente aos caminhos percorridos pela chamada esquerda cristã no Brasil, assunto que já lhe rendeu a publicação de artigos e a biografia de Frei Betto, escrita em parceria com Evanize Sydow.

O primeiro contato com o professor Américo Freire ocorreu no dia 2 de setembro de 2020. Em meio à pandemia do novo coronavírus, que deixa seu rastro de destruição no segmentado tecido social brasileiro, marcado por desigualdades estruturantes, a possibilidade de uma conversa presencial sequer foi cogitada. Um dia após enviar a mensagem por e-mail solicitando a entrevista, recebi a resposta positiva do professor Américo Freire, que prontamente se colocou à disposição para uma videoconferência.

Entrei em contato com Américo Freire justamente pelo interesse em comum por um campo de pesquisa ainda pouco explorado, visando desvendar as nuances e o impacto do catolicismo progressista nas práticas políticas das esquerdas brasileiras na Nova República. A entrevista envolve as atividades da disciplina *História do Tempo Presente: Teoria e Historiografia*, ministrada pelo professor Rogério Rosa Rodrigues, no curso de doutorado em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

A conversa com Américo Freire teve início às 17h34min do dia 4 de setembro de 2020, sexta-feira. No Rio de Janeiro, um calor imenso. Em Florianópolis, a temperatura amena com clima chuvoso parecia apropriada para retratar o tempo pandêmico de distanciamento social e de atividades remotas compartilhadas por entrevistador e entrevistado. São tempos difíceis, sem dúvida. Com as relações humanas restritas às plataformas virtuais, não há espaço para momentos de afeto e de sociabilidades. Mantivemos de comum acordo uma conversa com linguagem coloquial, que se manteve na transcrição desta entrevista. Os desafios enfrentados por historiadoras e historiadores no tempo presente, o lugar do político diante das demandas sociais, o catolicismo progressista da década de 1970, a Igreja e suas conexões internacionais, as desigualdades sociais e os valores democráticos compartilhados por diferentes setores durante a transição política brasileira, foram alguns dos pontos debatidos. O vídeo da entrevista foi gravado e editado por Vitor Fernando da Silva.

Tempo & Argumento: *Gostaria de iniciar a conversa perguntando qual o lugar do político e das relações políticas diante das pressões que os historiadores e historiadoras vêm sofrendo nas últimas décadas? Pressões motivadas, sobretudo, pelas demandas de memória e pelas narrativas provenientes dos mais variados setores midiáticos, incluindo as redes sociais e a grande imprensa. Na sua avaliação, a História do Tempo Presente pode contribuir nesse sentido?*

Américo Freire: Somos homens do nosso tempo, Marc Bloch diz¹. Estamos submetidos a muitas pressões, seja como cidadãos, como profissionais, como historiadores. Uma das características singulares da História do Tempo Presente é que essas pressões compõem o próprio ofício, ou seja, a gente convive e coexiste no mesmo tempo dos nossos objetos, por vezes esbarramos neles nas ruas. Isso dá uma dimensão interessante do ponto de vista epistemológico para a História do Tempo Presente e demonstra quão indeterminada é a História e os processos históricos, e quão imersos estamos nos nossos tempos. A História do Tempo Presente nos coloca velhos e novos desafios: das relações entre sujeito e objeto; do uso adequado e equilibrado das inúmeráveis fontes que temos em mãos; da montagem de um corpo teórico que nos ajude a lidar com determinadas questões; e pelo uso de métodos diversificados. Do mesmo modo, ela nos mostra de forma mais clara as possibilidades e as limitações do trabalho intelectual do historiador, e como o nosso trabalho se faz através de sucessivas aproximações. Então, acho que a História do Tempo Presente tem essa característica interessante, de estarmos o tempo todo sendo interpelados, mas isso, como eu falei, diz respeito à própria natureza desse saber. Os cientistas sociais, os economistas, os filósofos e outros que se propõem a discutir problemas contemporâneos também estão em meio a essas questões. A História do Tempo Presente – que pode ser vista como uma das respostas dos historiadores para enfrentar os chamados *temas quentes* – tem se mostrado um laboratório interessante para se pensar a respeito das limitações e das questões éticas e morais que abarcam uma narrativa científica. O político é uma outra questão. O historiador tem que pensar que está imerso nas questões políticas do cotidiano, mas ele tem uma função, juntamente com outros profissionais, particularmente os da filosofia política, de pensar de forma mais ampla, dando maior

¹ Ver BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

densidade temporal a seus objetos. Como se diz, para ver a floresta e não somente a árvore. Pensar o político é voltar-se para as estruturas macro que as sociedades criam para organizar suas relações de poder. Como Claude Lefort e outros alertam, o político seria aquilo que institui o poder e institui a própria sociedade. O papel do historiador, de maneira geral, é lidar também com o político e a sua relação com a política.

Tempo & Argumento: *No artigo publicado em 2019, na revista Tempo e Argumento, sobre o grupo Emaús, você sugere que um dos objetivos desse grupo era dar sustentação aos movimentos sociais no contexto da transição política brasileira. Fale um pouco mais sobre o estágio atual da sua investigação. Em que medida os personagens ligados à esquerda cristã contribuíram para a redefinição das práticas de esquerda a partir da década de 1970? É viável compor uma história da esquerda cristã a partir dos arquivos do SNI?*

Américo Freire: Vamos por partes. Primeiro essa questão do SNI parece bem interessante. Quando eu e Evanize estávamos preparando a biografia de Frei Betto, tivemos acesso a um acervo documental gigantesco que compõe o dossiê do frade dominicano que, por décadas, foi alimentado pelos órgãos de informação. Ele e vários militantes cristãos, religiosos ou leigos, particularmente os primeiros, foram monitorados bem de perto pelos agentes da comunidade de informações, tendo especial interesse nos que mantinham vínculos com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e com outros segmentos populares. É uma documentação enviesada e ao mesmo tempo rica para o historiador interessado em estudar as relações do regime com essas alas da Igreja Católica.

O Grupo Emaús tem sido um dos meus objetos de pesquisa nos últimos anos. Emaús é uma articulação cristã que, desde a sua criação, em 1974, tem cumprido um papel-chave na formulação e na difusão da Teologia da Libertação no Brasil. Para tal, tomou a iniciativa de colocar de pé e manter importantes entidades voltadas para a formação de quadros cristãos, como o Centro de Estudos Bíblicos (CEBI) e o Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEEP), além de ter sido fonte de inspiração – e de suporte

– para os Encontros Intereclesiais das CEBs². Membros do Emaús têm também assumido posições-chave nas estruturas de mediação entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e as CEBs. Por fim, vale chamar atenção para o fato de que Emaús contribuiu para dar fundamento a um projeto para a transição política cujo eixo seria o de assegurar o protagonismo das classes trabalhadoras naquele processo. Esse projeto se sustentava na conhecida máxima marxista – a emancipação dos trabalhadores deve ser realizada pelos próprios trabalhadores.

Trata-se de um projeto de inspiração socialista, humanista, cristão e de forte influência marxista, pelo menos na primeira década do Emaús. Isso tem a ver com o momento que o país estava vivendo – o regime militar em franco declínio, a sociedade se organizando, e esses setores cristãos se unindo a outros segmentos em busca de novos rumos. O Emaús surge como uma espécie de grupo estratégico, como uma articulação de vanguarda que tem por objetivo dar sentido ao que chamo de “campo popular”. Claro que havia divergências internas, pois nem todos os membros pensavam da mesma maneira, mas o núcleo duro, em um primeiro momento, acreditava na organização popular para dentro e para fora das instituições eclesiais. Eles tiveram – e têm – uma preocupação central na formação de quadros, não é à toa que criam o CEBI e o CESEEP, poderosos instrumentos de formação não só para a Igreja, mas também para fora da Igreja.

Agora estou interessado particularmente na relação do grupo com a CNBB; isso tem a ver com os chamados Encontros Intereclesiais que mencionei há pouco. Coube a membros do Emaús, com o devido respaldo de bispos progressistas, com destaque para Dom Luis Fernandes, então bispo auxiliar de Vitória, levar adiante e assessorar os Intereclesiais que reuniam – e ainda reúnem – as CEBs espalhadas pelo país. Para membros do Emaús, tais como Leonardo Boff e outros, as CEBs representavam a semente, a gênese de uma Igreja verdadeiramente democrática e popular. A partir de determinado momento, em especial a partir do novo milênio, a CNBB começou a exercer uma maior supervisão dos encontros Intereclesiais. O papel de

² Os encontros intereclesiais são realizados pelas Comunidades Eclesiais de Base e reúnem membros de todas as regiões do Brasil. O primeiro encontro ocorreu no ano de 1975, em Vitória, no Espírito Santo, com o tema “Uma Igreja que nasce do Povo pelo Espírito de Deus”. Já o último encontro ocorreu em 2018, em Londrina, no estado do Paraná, com o tema “CEBs e os Desafios do Mundo Urbano”.

membros do Emaús, como Pedro Ribeiro de Oliveira, José Oscar Beozzo e João Batista Libânio, consistia em fazer a mediação entre as CEBs e a CNBB.

Ainda em relação ao Emaús, outra linha de pesquisa é pensar a presença dos evangélicos no grupo. Uma figura muito importante é o teólogo uruguaio Julio de Santa Ana; outro protagonista é o sociólogo Jether Ramalho, recentemente falecido. Eram eles que faziam a importante mediação com o Conselho Mundial de Igrejas tendo em vista o apoio financeiro para projetos apoiados pelo grupo. O Emaús, portanto, representa uma ponte entre a Teologia da Libertação de origem católica e o campo protestante progressista. Tenho estudado, por meio da realização de entrevistas, as novas gerações do Emaús. E, finalmente, há uma vertente que eu ainda não abordei bem, mas pode ser que eu venha a tratar, que diz respeito à presença feminina no grupo, muito minoritária e que expressa de alguma maneira o predomínio masculino na Igreja Católica. Para finalizar, eu vejo o Emaús como um setor estratégico. Não há nenhum livro sobre esse grupo. Por sinal, acabou de sair um dicionário sobre Teologia da Libertação, publicado por professores belgas³, mas não há um só verbete fazendo referência ao Emaús, isso porque, durante muito tempo, eles foram uma espécie de grupo semiclandestino, procurando manter reserva com medo de que houvesse represália por parte da Igreja Católica. Através do Emaús podemos compreender a dinâmica desse campo político religioso que ajuda a compor um campo maior que envolve o PT, a CUT, o MST etc.

Tempo & Argumento: *O catolicismo francês do pós-guerra influenciou a esquerda cristã brasileira?*

Américo Freire: Certamente, sem dúvida. Sobre essa questão, creio que uma leitura obrigatória ainda é o conhecido livro de Michael Löwy, *A guerra dos deuses*⁴, no qual dedica um capítulo particular – na verdade, um posfácio – à contribuição da cultura católica renovada francesa para a gênese do que chama Cristianismo da Libertação no Brasil. Estiveram à frente desse processo de renovação, segundo Löwy, vários teólogos

³ CHEZA, Maurice, SAAVEDRA, Luis MARTÍNEZ e SAUVAGE, Pierre. *Dictionnaire historique de la Théologie de la Libération*. Namur (Belgica): Éditions jésuites, 2017.

⁴ Ver LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

da Ordem dos Pregadores, os dominicanos, que vieram a contribuir diretamente na formação de alguns dos principais quadros da Ordem no Brasil, tais como Frei Mateus, Frei Carlos Josaphat, Frei Eliseu Lopes, Frei Chico e muitos outros. Coube, então, a essa geração formada na França, imprimir um caráter bastante avançado à Ordem dos Pregadores no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, fazendo dos dominicanos a ponta de lança das esquerdas cristãs brasileiras naquele contexto.

Tempo & Argumento: A questão das desigualdades sociais foi central para a definição das práticas políticas do catolicismo progressista?

Américo Freire: Sim, creio que sim. Mas o que temos são projetos que foram construídos conforme a linguagem e o jogo de forças de cada época. Nos anos de 1950 e 1960, por exemplo, há proposições que foram geradas em torno do eixo desenvolvimento e subdesenvolvimento e que se aproximam do conhecido temário das reformas de base de João Goulart. Figura-chave nesse contexto é o frei Carlos Josaphat, dominicano, que esteve à frente de um jornal – *Brasil Urgente* – que tinha como proposta superar o nosso arraigado atraso social e econômico. Frei Mateus é outro personagem bastante ativo nessa época, quando veio a compor a equipe de fundação da Universidade de Brasília, a par de manter vínculos com lideranças que criaram a Ação Popular (AP).

Depois, ao longo dos anos 1960, com o processo de radicalização política, alguns personagens se envolveram na luta armada e a agenda é outra. Por fim, nas décadas de 1980 e 1990, o tema do combate à fome e à miséria ganhou fôlego e centralidade impulsionado por Betinho e por figuras importantes do catolicismo progressista como Dom Mauro Morelli. Não por acaso, nessa conjuntura marcadamente conservadora dos últimos anos, a alta hierarquia da Igreja Católica, de uma maneira geral, não tem se mostrado disposta a liderar essa pauta muito identificada com governos anteriores. A prioridade agora é outra – a de conter a crescente sangria de fiéis. Os grupos progressistas, por seu lado, nunca abandonaram essa agenda.

Tempo & Argumento: *Nas ditaduras da América Latina, alguns setores da Igreja Católica tiveram uma importância decisiva no estabelecimento de redes internacionais que foram mobilizadas para denunciar os regimes militares. No caso brasileiro, além de relatar a prática de tortura, agentes da Igreja aproveitaram essas redes para elaborar uma espécie de crítica moral ao capitalismo brasileiro, no sentido de afirmar que, embora houvesse crescimento econômico, a maior parte da população brasileira vivia em condições muito precárias. Qual o peso dessas articulações para corroer, digamos assim, a imagem do governo brasileiro no exterior?*

Américo Freire: Teve algum peso, a gente não pode menosprezar e nem dar um peso muito grande. Havia figuras de prestígio no exterior, entre elas, talvez o nome mais importante seja o de D. Helder Câmara. A Igreja brasileira vai passar por um processo de mudança bastante acentuado ao longo dos anos 1960 e especialmente nos anos 1970. Luiz Alberto Gomez de Souza⁵, costuma designar esse período que vai entre Medellín (1968) e Puebla (1979) como “década gloriosa”⁶. Então a Igreja viveu um processo de mudança em que setores mais progressistas assumiram o controle da CNBB e ajudaram a construir outros instrumentos como, por exemplo, uma pastoral social e popular que ganha expressão no Brasil nesse momento, e isso tem repercussão internacional. Mas não é só a figura de D. Helder, é a figura de D. Helder e mais uma parte do clero brasileiro que atuaram com desenvoltura no exterior, especialmente nos anos 1970, ajudando a corroer o regime ditatorial brasileiro. Não é à toa que alguns religiosos e padres estrangeiros foram expulsos do Brasil. A Teologia da Libertação ganhou expressão, teólogos e figuras do clero brasileiro tiveram um papel importante na condução da Igreja na América Latina, e isso tem repercussão.

E tem um outro lado dessa história, porque no começo do regime, a alta hierarquia da Igreja apoiou o golpe, ou melhor, comemorou o golpe. Só bem mais tarde é que a Igreja Católica vai se afastar do regime. Mas, mesmo em tempos de conflito aberto, houve espaço para negociações de cúpula, tal como nos mostra Kenneth Serbin, em seu conhecido

⁵ Sociólogo com produções acerca da Ação Católica, da criação da CNBB e do Concílio Vaticano II.

⁶ Alusão à Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, que ocorreu em 1968 na cidade de Medellín e à Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, que ocorreu na cidade de Puebla em 1979.

livro⁷. Serbin estudou as reuniões da Comissão Bipartite – criada para aparar arestas e manter algum canal de interlocução entre militares de alta patente e bispos católicos – que terminou por cumprir algum papel tendo em vista mitigar a tortura e proteger a vida de algumas pessoas, não necessariamente padres ou religiosos. Ou seja, havia de um lado negociação e, de outro lado, pressão e denúncia, e também acomodação. Não podemos esquecer a força de setores conservadores da Igreja Católica, sempre muito dividida no Brasil. Importantes bispos e arcebispos apoiaram o regime e continuaram apoiando por bastante tempo. Há uma vertente católica conservadora de peso no país, embora a CNBB, durante o comando dos Lorscheider⁸, estivesse mais próxima das demandas sociais e de uma Igreja com um rosto mais popular. As relações com o regime são complexas. A Igreja também foi mudando, especialmente a partir da chegada de João Paulo II, quando há um processo de neutralização da Teologia da Libertação, gerando enormes impactos nesse campo popular que eu comentei anteriormente.

Tempo & Argumento: E o papel das culturas políticas para pensar sobre esses processos?

Américo Freire: Essa noção pode ser instrumental para a gente mostrar quão complexas foram as relações da sociedade com o regime e como o regime apresenta modulações no tempo. Eu acho interessante pensar em várias culturas políticas em debate no momento da transição. Há os trabalhistas, uma corrente política importante; há os comunistas em séria crise interna; há os liberais que representaram a base de uma corrente do que podemos chamar de liberal democrata; há os conservadores envoltos em várias dificuldades; e, em meio a tudo isso, há esse projeto em construção, não muito claro, de baixo pra cima, que reuniria desde as oposições sindicais, passando pelos trotskistas e por setores de base da Igreja Católica e das igrejas protestantes. Isso tudo compôs um bloco influente, que elegeu gente, que ajudou a construir partido, que atuou em mais de um partido, para além do PT.

⁷ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares; tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁸ Refere-se a Dom Aloísio Lorscheider e Dom José Ivo Lorscheider, presidentes da CNBB entre 1971 e 1987.

Então, é esse projeto que o Emaús ajuda a compor, alimentando e fornecendo subsídios.

É um grupo interessante, pois só se reúne uma vez a cada seis meses, não é uma entidade orgânica, mas a cada semestre eles procuravam construir estratégias e pensar em possibilidades de ampliar e constituir esse campo popular. Não sei se podemos pensar nessa ideia, mas o que temos é uma cultura política autonomista de base cristã, vamos chamar assim, que dialoga com setores do marxismo e que, de alguma maneira, segue em linha de continuidade com o que propôs a Ação Popular (AP), que foi uma organização criada no começo dos anos 1960, fundada no diálogo entre cristianismo e marxismo. Há alguns estudos sobre isso e gosto particularmente do texto do Marcelo Ridenti, que ele publicou no volume 5 da História do Marxismo. Parece-me, se a gente quiser pensar em alguma referência para esse bloco que estava então se constituindo, que olhar para a experiência da AP pode ser interessante. É como se fosse uma nova frente que não queria nem a tutela comunista e nem o que eles chamavam de “populismo”; quer uma esquerda diferente, mas não quer uma esquerda vanguardista. Propunha uma esquerda cujo rosto seja o do trabalhador. E o Emaús me ajuda a operar e a pensar sobre esse projeto político-religioso que tem importância na democratização brasileira, institucionalmente, politicamente e partidariamente. Mas isso envolve também outras entidades, entidades de educação popular e de formação política, que se espalham pelo país. Paulo Freire é aqui a figura central e a educação popular perpassa todo esse campo. Tudo isso tem a ver com o político, que falamos anteriormente, no sentido de pensar que para além do partido, da facção e do líder, existe algo que está sendo construído e se instituindo acima do jogo cotidiano. Aí temos a influência das macro teorias, como marxismo, e da Teologia da Libertação, que estão misturadas no que eu chamo de grande campo popular cristão no Brasil.

Tempo & Argumento: O que vai se configurar no elo decisivo para o contato com a base, com pessoas que estavam alocadas em diferentes regiões do país onde a esquerda não conseguia chegar até então...

Américo Freire: Há entidades de educação popular e formação política em vários estados; no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e muitas articulações no Nordeste. Uma coisa

interessante também que eu explorei pouco na pesquisa foi a experiência desse bloco cristão no governo do PT. Esse povo ajudou a eleger o Lula, mas a “ala igrejeira” não conseguiu avançar dentro do governo. A saída do Frei Betto foi – e é – muito simbólica para esse campo do qual estou falando⁹, e demonstra, de certa maneira, uma espécie de esgotamento do projeto que vem de muito tempo, das Comunidades Eclesiais de Base e do contexto do início da década de 1970. No governo Lula, um projeto de cunho democrático-institucional terminou por representar um freio para o deslanchar de um programa de ação mais amplo que advinha de uma matriz revolucionária e popular. Esse campo, por um lado, ajuda a construir o partido, por outro ele é muito mais do que um partido, pois envolve outros aspectos, e cada vez mais a democracia se configura de forma partidária e institucional. Então, esse projeto popular, embora fosse mais próximo ao PT, tinha outras perspectivas que acabaram sendo frustradas no governo Lula.

Tempo & Argumento: *Em outro artigo que você escreveu, intitulado Intelectuais, democratização e combate à pobreza no Brasil contemporâneo, você faz o mapeamento de uma agenda de combate à fome e à miséria no Brasil a partir das trajetórias de Frei Betto e Betinho. Cada um tomou caminhos diferentes em suas trajetórias, mas é possível afirmar que havia uma cultura política sendo compartilhada por ambos? No caso do Betinho, qual o resultado da experiência no exílio para entender a transição política brasileira?*

Américo Freire: É uma pergunta interessante. Esse artigo deflagrou a minha pesquisa do Grupo Emaús, foi com base nele que eu entrei nessa história. Eu já vinha pesquisando outras coisas, orientando trabalhos nesse campo, já vinha me aproximando de alguns temas para discutir a questão democrática, que é o assunto que eu tenho explorado nos últimos tempos. Mas esse artigo me parece chave porque eu queria estudar intelectuais e combate à pobreza; aí eu percebi que havia dois personagens que foram decisivos no Brasil contemporâneo, só que os dois são mineiros e isso não é pouca coisa, embora não sejam da mesma geração. O Frei Betto era muito amigo do Henfil, irmão do Betinho. O Frei Betto e o Betinho são formados pelos dominicanos de

⁹ Quando Frei Betto sai do governo Lula em 2004, onde ocupava o cargo de assessor especial do presidente da República.

Minas Gerais, no catolicismo renovado de inspiração francesa. Tanto que o Betinho dizia que “o meu grande mestre é o Frei Mateus”, o mesmo do Betto. O Frei Mateus, aqui já mencionado, é figura-chave da formação da Ação Católica e da Juventude Estudantil e Juventude Universitária Católica em Minas. O Betinho vai criar a Ação Popular. Eles estavam muito próximos no que diz respeito àquela discussão em torno da Ação Popular, de buscar uma aproximação entre cristianismo e socialismo. Eles se separam e mantêm uma boa correspondência, inclusive existem algumas cartas trocadas entre eles no acervo do CPDOC. O que separa os dois é o seguinte: o Betinho se desencanta com a vida religiosa, mesmo mantendo uma relação de muito respeito, especialmente com o Frei Mateus. Ele volta do exílio com outra cabeça, faz uma autocrítica profunda da luta armada e vai buscar atuar na sociedade civil, na construção da nova sociedade civil brasileira pós-regime militar. Betinho esteve envolvido até a raiz dos cabelos com a construção de um regime em bases democráticas. Betinho e Betto se aproximam em algumas coisas, entre elas a crítica ao vanguardismo da luta armada, mas ambos têm perspectivas diferentes. Betinho, por exemplo, sempre manteve algum distanciamento do PT. Inicialmente, ele se aproximou mais do brizolismo, sendo signatário da Carta de Lisboa, e também ajudou a criar o Ibase¹⁰. Em relação aos partidos, mesmo se aproximando do trabalhismo e do Brizola, o Betinho depois vai se afastando, tentando construir uma memória em torno da sua imagem meio que distante dos partidos e como uma espécie de figura que pairava acima das agremiações políticas. O Betto é diferente, pois ele enxerga no PT a possibilidade desse projeto, que a gente vem conversando, se viabilizar. Betinho e Betto, em alguns momentos, estão em lados diferentes, mas compõem uma mesma “família política”. Essa noção de família política é uma noção que a gente pode explorar mais, porque tem um lado que não é apenas de uma proximidade racional, muitas vezes é uma proximidade mais ampla do que o racional. E não é só a fé cristã, é algo que Marcelo Ridenti, baseado em Raymond Williams, define como “estrutura de sentimento romântica revolucionária”¹¹. Todo o projeto desse campo popular ajuda a compor o quadro de uma família política inspirada em um “romantismo revolucionário”. É um pouco isso que eu penso quando lido com esses

¹⁰ Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

¹¹ RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Unesp, 2010.

objetos. Dentro dessa ideia, como é que ficam os partidos? Como é que você lida com os partidos? Para essa perspectiva mais “basista”, os partidos são um problema, porque eles olham as agremiações como algo que vai fragmentar esse “todo” que representa o sentimento do “povo trabalhador”. O Emaús, particularmente, vai ter que lidar com isso e adaptar as projeções, reconhecendo que “os partidos podem cumprir uma função importante” e viabilizar o projeto popular.

Tempo & Argumento: Recentemente você publicou junto com a Evanize Sydow uma biografia sobre o Frei Betto. Conte um pouco sobre essa experiência e a metodologia utilizada por vocês durante os anos de pesquisa biográfica.

Américo Freire: Eu e Evanize utilizamos largamente a história oral. A gente entende que as fontes orais são fundamentais para a compreensão de determinados objetos; claro que essas fontes orais devem ser contextualizadas sempre com outras fontes, pois as entrevistas têm lá suas características. Muitas vezes é uma narrativa memorial dirigida, sobretudo quando você entrevista religiosos, já que a narrativa é muito controlada. Ou quando você entrevista políticos da ativa, cuja narrativa é mais controlada ainda. Então, a gente utilizou a história oral, mas sempre preocupados em mobilizar outras fontes e pensar nas armadilhas da memória. Utilizamos também a documentação de vários arquivos. Tivemos várias conversas com o Frei Betto, inclusive há uma entrevista com ele no CPDOC de dez horas que está disponível à consulta. Viajamos com ele, conseguimos construir uma boa relação de proximidade, mas também de uma certa autonomia para a nossa escrita. Nós somos os autores do livro, não é um livro do Frei Betto, é um livro sobre o Frei Betto. A construção de uma relação boa foi muito importante para viabilizar o trabalho. Claro que temos uma empatia com o personagem, isso também ajudou, mas poderia atrapalhar caso a gente transformasse o Frei Betto em um santo. Desse modo, tentamos neutralizar a empatia, buscando ver diferentes aspectos da trajetória dele. Exploramos, por exemplo, o Betto escritor, o Betto jornalista; procuramos, através disso, mostrar várias facetas dessa personalidade para não cair em uma narrativa muito evolutiva e na famosa ilusão biográfica. Enfim, fizemos a pesquisa documental, utilizamos a história oral, buscamos um contato próximo com o

personagem, mas também buscamos manter algum nível de distanciamento, e lemos muita coisa. Escrever biografia é uma empreitada daquelas, envolve questões éticas e uma série de outros fatores. O livro foi traduzido para o espanhol e acabou de sair uma tradução em inglês pela Sussex Press. Há uma possibilidade de fazermos um documentário sobre a obra, mas seria outra experiência e outra linguagem.

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHEZA, Maurice, SAAVEDRA, Luis MARTÍNEZ e SAUVAGE, Pierre. **Dictionnaire historique de la Théologie de la Libération**. Namur (Belgica): Éditions jésuites, 2017

FREIRE, Américo. Dominicanos, 1968. In.: NUNES, Paulo Giovanni Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **Utopia e repressão: 1968 no Brasil**. Salvador: Sagga, 2018.

FREIRE, Américo; SYDOW, Evanize Martins. **Frei Betto**: biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FREIRE, Américo. Grupo Emaús: esteio da Teologia da Libertação no Brasil (1970-1980). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 212 - 239, set./dez. 2019.

FREIRE, Américo. Imprensa católica e a questão democrática brasileira: a crise política nas páginas de O São Paulo. **Revista de História da Unisinos**, v. 22, p. 125-133, 2018.

FREIRE, Américo. **Democracia brasileira em foco**: historiografia, atores e proposições. 1. ed. Salvador: Sagga Editora, 2019.

FREIRE, Américo. Intelectuais, democratização e combate à pobreza no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, nº 65, p. 111-133. 2013.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

RIDENTI, Marcelo. **Ação Popular**: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão(orgs). Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 227-302.

Interpelações à História do Tempo Presente – Entrevista com Américo Freire
Geovanni Rocha Junior – Entrevistador

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política. São Paulo: Unesp, 2010.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Unesp - Fapesp, 2010.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra: bispos e militares; tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

SERBIN, Kenneth. **Padres, celibato e conflito social**: uma história da Igreja católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.